

# Economista Márcio Pochmann alerta: 'Insistir no receituário neoliberal fortalecerá o fascismo no Brasil'

Ricardo Stuckert - PR



**Lula ironiza jantar de Campos Neto e Tarcísio: 'devem ganhar dinheiro com o juro alto'**

O presidente Lula ironizou o jantar que o governador Tarcísio de Freitas ofereceu ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, no sábado (15). "Quem foi à festa deve estar ganhando dinheiro com a taxa de juros", disse. Só nos últimos 12 meses o Tesouro foi sangrado em R\$ 776 bilhões, desviados para pagar os juros do BC. **Página 3**

**É "insanidade" querer punir a vítima com pena maior que a do esturador**

"Eu acho uma insanidade querer punir uma mulher vítima de estupro com uma pena maior que um criminoso que comete o estupro", afirmou o presidente Lula, se somando à indignação geral com o PL do Estupro. **P. 3**



**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

**O juro alto vai destruir setor público e aumentar a dependência externa**

O presidente do IBGE, Márcio Pochmann, criticou os cortes sociais pretendidos por Fernando Haddad e disse que, mantidos os juros atuais, o que vai acontecer "é a destruição do setor público com aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência externa". Ele fez duras críticas ao receituário neoliberal que ainda está em vigor no Brasil e que, se mantido, abre caminho para o crescimento do fascismo no país. A mensagem em rede social está sendo interpretada como uma contraposição a declarações recentes de Haddad. **P. 2**

## Trabalhadores e empresários debatem frente nacional pela reindustrialização

A CTB, com a participação de representantes da CNI (empresários), CNTI (trabalhadores) e Fitmetal, realizou o Seminário "Nova Política Industrial a Serviço do Desenvolvimento do Brasil". "O mundo hoje aposta em uma agenda de política industrial, conteúdo nacional, restrição a importações, apoio a suas exportações, intervenção do Estado", afirmou o diretor da CNI Rafael Lucchesi, ressaltando que "o diálogo pelo desenvolvimento do país exige maturidade". **Página 5**

**Lucro de planos de saúde sobe 343% até março**

O lucro do primeiro trimestre de 2024 vem na esteira das críticas de clientes, sobre reajustes bem acima da inflação, cancelamento unilateral e serviços de péssima qualidade. **P. 2**



## 600 mil na França em repúdio ao fascismo e contra Macron

Centenas de milhares de pessoas saíram às ruas da França contra a extrema-direita e o governo de Emmanuel Macron, no sábado (15), convocadas pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) – principais centrais sindicais do país –, pela recém-criada coalizão de partidos Nova Frente Popular, e por ativistas antirracistas e associações da sociedade civil. Em Paris, a manifestação começou na Praça da República com cartazes "Minha França é antifascista", "Palestina Livre" e lideranças sindicais denunciando a política de Macron contra os trabalhadores. **P. 7**

## Cerco de Israel pode matar 8 mil crianças de fome

O criminoso cerco de Netanyahu colocou mais de 8 mil crianças menores de 5 anos em situação de desnutrição aguda na Faixa de Gaza, denunciou o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus. "Uma proporção significativa da população de Gaza enfrenta, neste momento, fome catastrófica", frisou. A foto ao lado foi tirada no hospital Al Aqsa, em Gaza, no dia 14 de junho. **Pág. 6**

## Falsa segurança: suicídio de PMs bate recorde em SP com Tarcísio

O número de suicídios entre policiais militares de SP bateu recorde no primeiro ano da gestão Tarcísio. Foram registrados 43 casos em 2023, número 30% superior ao de 2022, que foi de 33, e quase o dobro (95,5%) das 22 ocorrências de 2015. **Pág. 4**



## PEC das Praias será devastadora para pescadores

Pág. 3



## “Haddad, respeite a Conceição!”

PAULO KLIASS\*

A professora Maria da Conceição Tavares vem sendo muito justamente homenageada e lembrada ao longo dos últimos dias. O seu falecimento recente operou como estímulo para que um número impressionante de colegas, alunos, ex-alunos, companheiros, professores, pesquisadores, dirigentes políticos e instituições de todos os tipos rendessem uma série de homenagens póstumas à grande mestra.

Ela havia completado 94 anos em abril, cumprindo uma trajetória maravilhosa ao longo de sua vida. Nascida em Portugal, fugiu da ditadura salazarista e foi acolhida em 1954 no Brasil, chegando em nossas terras bem na época de ouro do desenvolvimentismo. Desde o início se encantou pelo País e por aqui encontrou as oportunidades de levar em frente seus projetos de uma sociedade mais justa e igualitária. Tornou-se uma incansável estudiosa e pesquisadora da economia política, oferecendo sua colaboração também na formulação e implementação de políticas públicas. Trabalhou no BNDÉS e na CEPAL, tendo participado inclusive da equipe que concebeu o Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek.

No entanto, todo o seu entusiasmo com a primeira década no Brasil terminou por ser interrompido pelo golpe militar de 1964 e pela implantação da ditadura que se instalou até meados dos anos 1980. Mas Conceição não se deixou abater por mais essa dificuldade política. Continuou seus estudos, aprofundou seus contatos com o mundo acadêmico e tornou-se uma referência para todas e todos que buscassem respostas para as angústias a respeito dos dramas representados pelas opções de política econômica adotadas a partir de então. Ela exerceu um papel relevante na formação de várias gerações de economistas no Brasil e conseguiu manter uma atuação fundamental na interface entre a economia e o mundo político.

### COERÊNCIA NA DEFESA DO DESENVOLVIMENTO

A professora colaborou para a elaboração dos programas do antigo MDB, partido da oposição durante o período militar. Mais à frente se aproximou do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo sido eleita para o mandato de deputada federal entre 1995 e 1999 pelo estado do Rio de Janeiro. Mas o fato é que Conceição consolidou-se como uma das principais vozes do campo progressista e desenvolvimentista no que se refere à economia política. Ela sempre foi muito autêntica em suas opiniões e manifestações, jamais fazendo concessões de princípio quando se tratava de discutir medidas, projetos e programas econômicos. Ela manteve ao longo de sua vida uma coerência invejável com suas posições, postura essa que a tornava admirada por quase todo mundo, ainda que isso incomodasse muita gente que se permitia flexibilizações para agradar ao mercado ou a setores do próprio capital.

Sua militância por um projeto de esquerda para o Brasil encontrou na vitória de Lula nas eleições presidenciais em 2002 uma esperança de mudança efetiva nos rumos da Nação que ela abraçara desde sua saída da terra natal. No entanto, assim como veio a ocorrer com muitas pessoas e grupos que haviam se lançado com toda a energia para a transformação necessária, Conceição se frustrou com os rumos dados logo no início do primeiro mandato, ao tomar conhecimento da indicação de Antonio Palocci para o Ministério da Fazenda.

Conhecida por sua contundência verbal e sua coerência de pensamento, a mestra não teve papas na língua para se referir aos caminhos adotados pelo ex prefeito de Ribeirão Preto para a economia. Afinal, Palocci se cercou de auxiliares hiper conservadores no diagnóstico econômico e passou a levar em frente um ajuste fiscal de natureza ortodoxa e neoliberal. Apesar de sua proximidade a Lula e sua identificação com a necessidade de um governo que promovesse mudanças, ela não poupou a equipe da Fazenda de suas críticas ferinas. Uma famosa entrevista que concedeu ao jornal Folha de São Paulo em abril de 2003 bem resume sua indignação com o estelionato eleitoral que vinha sendo colocado em marcha.

(Continua no site do HP: <https://horadopovo.com.br/haddad-respeite-a-conceicao-por-paulo-kliass/>)

\*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

# Marcio Pochmann alerta para “os males sobre a economia nacional” “Insistir no receituário neoliberal fortalecerá o fascismo no Brasil”



Além dos lucros recordes dos bancos, o ralo do orçamento público com o pagamento de juros atingiu R\$ 776 bi em doze meses, destaca Pochmann



## É o próprio BC que manobra para elevar o juro de longo prazo, denuncia Oreiro

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, voltou a afirmar que o BC não é responsável pela alta da taxa de juros no País. Segundo ele, o alto juro real de longo prazo não tem nada a ver com a instituição monetária – que é quem determina o custo do dinheiro do país. O chefe do BC disse que “a gente precisa entender que temos um tema de causa e consequência. O Banco Central determina a taxa de um dia (Selic). E se a gente determinar a taxa de um dia sem credibilidade, o juro real longo vai subir”. O “argumento” tenta convencer que a causa dos juros altos são as questões da política fiscal do governo que impediriam uma redução maior da Selic.

Os juros dos títulos de longo prazo emitidos pelo Tesouro, que servem de referência às demais taxas praticadas no mercado financeiro, superam a casa do 6% ao ano de retorno real (quando descontada a inflação).

O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), contesta a afirmação de Campos Neto. “Podemos dizer que o Banco Central, por seu forward guidance (orientação futura), produz como resultado juros longos altos”. “Esse discurso do [governo gastão] é o próprio Banco Central que coloca na cabeça do mercado. Quer dizer, o Banco Central, que é a instituição que fixa os juros, diz que, por conta do comportamento do governo, ele não pode reduzir os juros. Não importa o comportamento da inflação. Há uma dissonância entre o que o Banco Central é suposto fazer – que é manter a inflação na meta (e a inflação está na meta!) – e o que ele faz. Esse é o problema”,

criticou o economista, ao destacar que o “juro real alto vai desestimular o investimento produtivo” no país. A formação da política fiscal, assim como o andamento dela, não é de responsabilidade do Banco Central – mas do Ministério da Fazenda. No entanto, diferente do que fez no governo de Bolsonaro – que o colocou no comando do BC –, Campos Neto constantemente dá pitacos, sinalizações etc. na mídia sobre o tema (sempre com base nos desejos corporativos do sistema financeiro), gerando ruído no mercado.

As falas de Campos Neto ou sinalizações da autoridade monetária (em comunicados e atas do Copom) sobre o tema fiscal acabam interferindo nas expectativas e decisões dos agentes financeiros, como ilustra Oreiro, a seguir. O economista explicou que “a taxa de juros longa é uma média (harmônica) entre o valor atual da Selic e as expectativas formadas hoje a respeito do valor da Selic ao longo de uma sucessão de anos”. disse. “Deve se somar um prêmio de liquidez que a taxa longa deve pagar sobre a curta, mas como no Brasil o mercado de títulos públicos é muito líquido, essa taxa é pequena”, comentou.

Assim, segue o economista, “a taxa de 10 anos é a média (harmônica) entre o valor corrente da Selic (2024) e as expectativas do mercado para o valor da Selic entre 2025 e 2034”. “Como a Selic é sempre uma taxa fixada pelo Banco Central, então as expectativas do mercado são, na verdade, expectativas sobre o comportamento futuro do Banco Central”, explicou. Em outras palavras, o BC ao afirmar que o governo



Economista Oreiro

não deve reduzir o déficit e propõe, diante disto, que não será possível reduzir a Selic, “o mercado agindo racionalmente”, esclarece Oreiro, “com base na informação dada pela instituição – que me dá o poder de fato para fixar os juros – vai vincular suas expectativas de juro futuro à evolução provável das contas do governo”, argumentou. “Então, temos uma profecia autorrealizável: o BC sinaliza que vai manter os juros altos por causa da política fiscal, o mercado processa essa informação e, como resultado, os juros de longo prazo sobem”, esclarece Oreiro.

“Podemos dizer que o Banco Central, por seu forward guidance [orientação futura, no linguajar dos economistas] produz como resultado os juros longos altos”, completou Oreiro, que lançará em dezembro deste ano o seu livro “Macroeconomia Monetária: Emprego, Moeda e Taxa de Juros”, pela Editora Alta Books.

ANTONIO ROSA

## Planos de saúde esfolam idosos e lucram R\$ 3,3 bi no 1º trimestre, alta de 343%

Os planos de saúde registraram um lucro líquido de R\$ 3,33 bilhões no primeiro trimestre deste ano, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgados na última quarta-feira (12). O resultado representa uma alta de 343%, em relação ao mesmo período de 2023.

O lucro do primeiro trimestre de 2024 – o mais alto

para um primeiro trimestre desde 2019 (R\$ 4,1 bilhões) – vem na esteira das críticas de clientes, que denunciam desligamento unilateral de plano e encerramento de vendas de alguns tipos de plano mais baratos, além dos custos aumentados abusivos e da péssima qualidade na prestação de serviço.

No ano passado, as ope-

radoras de planos de saúde apresentaram um lucro líquido de R\$ 3 bilhões, quando os preços dos planos de saúde coletivos subiram 14,38%, em média, conforme a ANS. Em 2022, o aumento havia sido de 11,54%.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/planos-de-saude-esfolam-idosos-e-lucram-r-33-bi-no-1o-trimestre-aumento-de-343/>

Presidente do IBGE critica cortes sociais pretendidos por Haddad e disse que, mantidos os juros atuais, o que vai acontecer “é a destruição do setor público com aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência externa”

O presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Marcio Pochmann, fez duras críticas ao receituário neoliberal que ainda está em vigor no Brasil e que, segundo ele, se mantém, abre caminho para o crescimento do fascismo no país. A mensagem em rede social está sendo interpretada como uma contraposição a declarações recentes do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que defendeu um amplo corte de gastos públicos.

Assim que Haddad deu declarações confirmando que levará ao presidente Lula propostas de cortes em direitos sociais e investimentos, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) se reuniu com o ministro da Fazenda e prestou “apoio institucional” ao titular da pasta. O rentismo é o setor que mais tem se beneficiado da política de juros altos e restrições fiscais. Só nos últimos 12 meses, os bancos embolsaram R\$ 776,3 bilhões em juros dos títulos negociados com especuladores.

O mercado financeiro vem pressionando para manter os juros brasileiros no pódio como um dos maiores do mundo em termos reais. “Ainda que a Selic tenha caído nominalmente, ela praticamente acompanhou a queda da inflação que ocorreu mediante a diminuição da taxa nacional de desemprego e a subida da renda média per capita. Neste cenário, dificilmente pode haver superávit fiscal sustentável, tampouco a redução do grau de endividamento público, salvo a destruição do setor público com aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência externa.”

“Nos 12 meses anteriores a abril de 2024, por exemplo, o governo federal transferiu o acumulado de R\$ 776,3 bilhões (7,0% do PIB), enquanto nos 12 meses até abril de 2023, o montante com juros foi de R\$ 659,5 bilhões (6,3% do PIB)”. Pochmann alertou para as

consequências políticas da manutenção do receituário neoliberal e da política de arrocho fiscal. “Passado mais de um século, com o fim da Era Inglesa, a crise do liberalismo no Ocidente foi sucedida pelo avanço das forças de extrema-direita finkadas no nazifascismo”, argumenta Pochmann.

Ele complementa: “Desde a década de 1980, o domínio crescente do receituário neoliberal aplainou a segunda onda de globalização capitalista que tem sido acompanhada pelo maior questionamento da democracia diante do descrédito dos governos e da crescente concentração da riqueza, privilégios e poder”.

Para Pochmann, isso resulta no “avanço da extrema-direita, com impulso aos governantes destruidores da democracia de interesse do povo”.

Marcio Pochmann se soma a outros economistas que estão alertando o governo das consequências que poderão advir, caso ele se curve diante da pressão do “dinheiro organizado”. Haddad está dando sinais claros de que vai insistir na meta de zerar o déficit e, para isso, está disposto a levar a Lula as propostas de arrocho sobre os mais pobres.

Lula disse recentemente que não quer que Haddad se enfraqueça, mas adiantou que “não haverá ajuste fiscal em cima dos pobres”. Eles têm uma reunião esta semana, onde o ministro, ao que tudo indica, tentará convencer Lula a arrochar o país e cortar no social e nos investimentos.

Foram duas as postagens de Marcio Pochmann. A primeira foi a que descrevemos acima sobre o neoliberalismo e, numa segunda postagem no X, ele criticou o nível da taxa de juros básicos, a Selic, que está em 10,5% ao ano. O mercado financeiro e seus porta-vozes estão fazendo uma enorme pressão para que o BC mantenha os juros na lua e que a economia continue asfixiada. A mensagem de Pochmann visa também se contrapor a essa pressão.

## Privatização e crescimento

ROBERTO D'ARAÚJO\*

“Nenhum país de significativa participação de hidroelétricas privatizou totalmente seu setor elétrico. Estados Unidos, Canadá, Rússia, Índia, China, Suécia e Noruega são os membros desse seleto clube de privilégio geográfico que o Brasil acaba de se desligar”

Apesar de diversos motivos poderem ter relação com a pí-fia evolução da economia brasileira nos últimos 40 anos, as privatizações se destacam nas pautas da grande mídia. Visões antagônicas são classificadas como ideológicas, mas, quem frequentemente coloca esse tema sempre na “berlinda” é a própria imprensa.

O discurso tem sido mantido sem reconhecer que, de 1990 até 2022, o Brasil privatizou mais de 100 empresas, sendo o recordista no mundo. Se há realmente um cuidado com os destinos do país, o mínimo que se pode fazer é examinar os resultados dessa longa experiência. E essa análise que se apresenta aqui. “O Brasil privatizou mais de 100 empresas, sendo o recordista no mundo”

No governo Sarney (1985 – 1990) as privatizações são classificadas como “tímidas”, em comparação aos outros períodos iniciados a partir da década de 90, mas, segundo dados do BNDÉS, 18 estatais foram privatizadas, entre elas, Aracruz Celulose, Sibra, Carraibas Metais e a Companhia Brasileira de Cobre (CBC).

O governo Collor (1990 – 1992) focou a venda em 3 setores: Siderurgia, Petroquímica e Fertilizantes: Usiminas, Piratini, CST, Açestita, Petroflex, Copesul, Alcalis, Nitriflex, Fosfertil são alguns exemplos. E qual foi a performance da economia brasileira nesse período? Segundo dados do FMI ou do Banco Mundial, o PIB brasileiro caiu 3,7% enquanto a média mundial se

expandia com 4,7%.

O governo Itamar Franco (1992 – 1994) vendeu a Embraer e a Companhia Siderúrgica Nacional e, nesse período o Brasil cresceu 6,14% em relação a 1992, mas o mundo já expandia sua economia em 12,5%.

O governo Fernando Henrique (1994 – 2002) privatizou 80 empresas de muitos setores. Vale, Telebras, Embratel, bancos, diversos portos, muitas distribuidoras estaduais de energia e a Gerasul da Eletrobras. Nesses 8 anos o PIB do Brasil aumentou cerca de 20%, mas o PIB médio mundial cresceu 32%.

O governo Lula (2003 – 2010) fez uma mudança na forma das privatizações através do formato de concessões. As usinas do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e Teles Pires foram concessionadas com a participação minoritária da Eletrobras. Diversas concessões de trechos rodoviários foram implementadas. O mesmo processo foi feito para alguns aeroportos, tais como os do Galeão e Viracopos. Nesses 8 anos o PIB brasileiro cresceu cerca de 38% e o mundo cresceu 40%. Entretanto, essa melhor performance não alterou a trajetória de perda.

(O artigo continua na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/privatizacao-e-crescimento-por-roberto-daraujo/>)

\*ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO é Engenheiro Elétrico pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Escreva para o HP  
[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HORA DO POVO**  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP  
E-mail: [inc24agosto@gmail.com](mailto:inc24agosto@gmail.com)  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**  
Rio de Janeiro (RJ): IBICS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hprj@oi.com.br](mailto:hprj@oi.com.br)  
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)  
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)  
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)  
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovope@yahoo.com.br](mailto:horadopovope@yahoo.com.br)  
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)





José Cruz - Agência Brasil

## Essa PEC vai na contramão, será avassaladora

### PEC das Praias será devastadora para os pescadores caso ela seja aprovada, alerta secretário

O secretário da Pesca Artesanal do Ministério da Pesca, Cristiano Ramalho, afirmou que a PEC das Praias, que permite o cercamento de praias por propriedades privadas, terá efeitos “avassaladores” para os pescadores artesanais caso aprovada.

“Essa PEC vai na contramão de algumas demandas históricas das comunidades pesqueiras por garantia de direitos. Ela pode aumentar os conflitos nos territórios, conferir insegurança jurídica grande e aumentar a precarização do modo de vida das comunidades dessas regiões”, declarou o secretário em entrevista para o UOL.

Calcula-se que o Brasil tem cerca de um milhão de pescadores artesanais, que estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste do país. A atividade desses trabalhadores é marcada pelo uso de técnicas mais tradicionais de pesca, utilizando varas e redes, por exemplo.

Com a PEC das Praias, relatada por Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no Senado Federal, os terrenos de marinha, que são a faixa de terra mais próxima das praias, passam da União diretamente para proprietários privados, Estados e municípios.

O efeito da PEC, segundo Cristiano Ramalho, “nos termos postos, é avassalador”.

Para ele, a proposta tenta estabelecer um modelo de privatização de praias e áreas costeiras, podendo agravar questões ambientais.

“Quando a gente vê a tragédia no Rio Grande do Sul, quem apontava isso no passado era visto como catastrófico. Não se pode tratar essa PEC sem olhar a necessidade da proteção dos ecossistemas e a sustentabilidade dos biomas. É uma proposta completamente deslocada dos dias atuais”, falou.

# Lula ironiza jantar de Tarcísio e o presidente do BC, Campos Neto



Governador de São Paulo fazendo mesuras para o presidente do BC, Campos Neto

## “Não contem com o governo federal para essa barbaridade”, diz Padilha sobre “PL do Estupro”

O projeto de lei fabricado pela bancada bolsonarista que criminaliza as vítimas de estupro por fazerem o aborto com penas mais graves do que a dos estupradores está sofrendo grande resistência dentro e fora da Câmara dos Deputados. De acordo com uma enquete popular no site da Câmara dos Deputados, 87% dos mais de 600 mil participantes declararam “discordar totalmente” da proposta.

Na maioria crianças, as vítimas de estupro no Brasil, pegariam, pelo projeto bolsonarista, 20 anos de prisão e os estupradores criminosos, apenas 8 anos de cadeia. O PL do estupro, como está sendo chamado o PL 1.904/2, provocou protestos de especialistas e manifestações de rua em várias capitais do país e já levou os presidentes das duas casas legislativas do país, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco a anunciarem que a tramitação desse assunto não terá prioridade.

Já o governo federal, através do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na sexta-feira (14): “Não contem com o governo para essa barbaridade”.

“O governo, o presidente Lula ao longo da sua história, até atendendo solicitações de lideranças religiosas de parte da sociedade, sempre disse que nunca ia fazer nada para mudar a legislação atual do aborto no país. Nunca faria nenhum gesto, nenhuma ação para mudar a legislação de interrupção da gravidez no país. E nós continuamos com essa mesma postura”, disse Padilha. Vamos trabalhar para quem um projeto como esse não seja votado”, acrescentou.

A ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, também criticou a proposta. Ela declarou que o projeto representa um “grande retrocesso civilizatório”, além de, segundo ela, ser inconstitucional, na medida que fere a dignidade humana.

“É um ataque brutal contra todas as mulheres que sofrem violência sexual neste país. É preciso derrotar esse projeto no Parlamento, em defesa da vida e da dignidade das mulheres e meninas vítimas de violência”, disse Luciana, em nota.

Na quarta-feira (12), a Câmara dos Deputados aprovou o requerimento de urgência do PL 1.904/24. A votação foi feita de forma simbólica — método que não identifica individualmente os votos dos deputados e não foi anunciada previamente em plenário, gerando descontentamento entre muitos parlamentares e a população.

A proposta de equiparar o aborto ao homicídio, mesmo em casos de estupro, é vista por muitos como um retrocesso significativo nos direitos das mulheres.

Atualmente, o aborto no Brasil é permitido em casos de risco à vida da gestante, anencefalia do feto e em casos de estupro. Equiparar o aborto de gestações acima de 22 semanas ao homicídio, especialmente em casos de estupro, levanta preocupações sobre os direitos huma-

nos e o bem-estar das mulheres afetadas. O caráter “pró estupro” do projeto da bancada bolsonarista fica evidente quando eles definem uma pena de até 20 anos de prisão para a vítima de estupro enquanto o estupro pegaria no máximo 8 anos de prisão e, em caso de estupro de vulnerável, que é mais grave, o criminoso pegaria no máximo 15 anos. Os bolsonaristas parecem estar adotando, neste caso, o raciocínio asqueroso dos pedófilos, que culpam suas vítimas por terem, elas próprias, “provocado o crime”.

De acordo com o Anuário da Segurança Pública, no ano de 2022 foi registrado o maior número de estupros e estupros de vulnerável da história, com 74.930 vítimas. Destas, 6 em cada 10 vítimas são crianças com idade entre 0 e 13 anos, que são vítimas de familiares e outros conhecidos. São essas crianças que o bolsonarismo quer que passem o resto da vida presas enquanto os estupradores seguem cometendo crimes.

Segundo dados do DataSUS, 247.280 meninas de 10 a 14 anos foram mães no Brasil, entre 2012 e 2022. Estudos apontam ainda que 57% das vítimas eram negras e 68% dos estupros ocorreram dentro de casa. Outro dado revela a gravidade deste cenário: em 64% dos casos, os autores eram familiares das vítimas. Segundo a ministra Cida Gonçalves (Mulheres), “são essas meninas que mais precisam do serviço do aborto legal, e as que menos têm acesso a esse direito”.

“Quem foi à festa deve estar ganhando dinheiro com a taxa de juros”, provocou o presidente da República

O presidente Lula ironizou, no sábado (15), o jantar que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ofereceu ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. “Quem foi à festa deve estar ganhando dinheiro com a taxa de juros”, provocou o presidente, numa referência à manutenção da maior taxa de juro real do mundo, por Campos Neto, em confronto com os interesses do país, da produção e dos consumidores.

Estas taxas escandalosas já garantiram aos endinheirados e especuladores, só de juros nos últimos 12 meses, R\$ 776 bilhões, que foram desviados do Orçamento da União para os bancos e agiotas. Este valor é maior do que as verbas para Saúde, Educação e Assistência Social somadas.

“Ninguém fala da taxa de juros de 10,25% em um país de inflação a 4%. Pelo contrário, se faz uma festa para o presidente do Banco Central, em São Paulo. Normalmente, quem foi à festa deve estar ganhando dinheiro com a taxa de juros”, declarou o chefe do Executivo durante entrevista para jornalistas em Carovigno, na Itália. Embora o presidente tenha citado um percentual de 10,25%, na realidade hoje a taxa Selic está em 10,50% ao ano.

Agora, esses mesmo bancos iniciaram uma cruzada contra o povo, e parte do governo já fala em cortes de gastos públicos para “equilibrar” as contas. Pura hipocrisia de ambos. O verdadeiro desequilíbrio das contas públicas está na despesa bilionária com os juros. Mas, sobre isso, não dizem uma palavra. É a única despesa do governo que é feita sem nenhum controle e sem nenhum limite. Essa “roubalheira” é intocável para essa gente.

Falam em corte de gastos na Saúde e Educação mas não tocam nesta quantia bilionária desviada para os juros. Querem cortar direitos sociais de milhões de pessoas para destinar verdadeiras fortunas para uma parcela minúscula da população. A proposta dos bancos, e ventilada pela equipe econômica do governo, pretende cortar verbas da Saúde, da Educação, da Previdência e dos investimentos públicos para continuar alimentando a ciranda financeira, que não produz nem um prego sequer.

Falam em acabar com os pisos constitucionais da Saúde e Educação, que foram conquistas históricas obtidas na Constituinte de 88 e que garantem que esses direitos humanos fundamentais não sejam vilipendiados com cortes de verbas, como ocorreram nos governos Temer e Bolsonaro. E ainda pretendem desvincular os benefícios da Previdência do salário mínimo. Ou seja, mais arrocho sobre os aposentados.

## Lula: é “insanidade” querer punir a vítima de estupro com pena maior que do estupro

A indignação geral com a proposta da bancada bolsonarista de beneficiar os estupradores e punir severamente as suas vítimas, na maioria crianças, está crescendo a cada dia. A proposta quer punir as vítimas de estupro que decidirem interromper a gravidez, o que é permitido pela lei, assim como os casos de anencefalia e risco de vida para a mãe.

O presidente Lula se somou no sábado (15), através de suas redes sociais, ao sentimento geral de repúdio do país e aos protestos nas ruas contra o que está sendo chamado de “PL do estupro”. “Eu, Luiz Inácio, sou contra o aborto. Mas, como o aborto é uma realidade, precisamos tratar como uma questão de saúde pública”, disse o presidente. O PL quer criminalizar o aborto nessas três condições permitidas pela lei.

“Eu acho uma insanidade querer punir uma mulher vítima de estupro com uma pena maior que um criminoso que comete o estupro”, acrescentou o presidente. “Tenho certeza que o que já existe na lei garante que a gente aja de forma civilizada nesses casos, tratando com rigor o estupro e com respeito às vítimas”, concluiu o chefe do Executivo brasileiro.

Na quarta-feira (12), a Câmara dos Deputados aprovou o requerimento de urgência do PL 1.904/24. A votação foi feita de forma simbólica — método que não identifica individualmente os votos dos deputados e não foi anunciada previamente em plenário, gerando descontentamento entre muitos parlamentares e a população. A proposta de equiparar o aborto ao homicídio, mesmo em casos de estupro, é vista por muitos como um retrocesso significativo nos direitos das mulheres.

O projeto da bancada bolsonarista, ou o “PL do estupro”, define uma pena de até 20 anos de prisão para a vítima de estupro que fizer aborto enquanto o estupro pegaria no máximo 8 anos de prisão e, em caso de estupro de vulnerável, que é mais grave, o criminoso pegaria no máximo 15 anos. O partido de Bolsonaro parece estar adotando, neste caso, o raciocínio dos pedófilos, que culpam suas vítimas por terem, elas próprias, “provocado o crime”.

Além de Lula, seus ministros também protestaram. A ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, criticou a proposta. Ela declarou que o projeto representa um “grande retrocesso civilizatório”, além de, segundo ela, ser inconstitucional, na medida que fere a dignidade humana.

“É um ataque brutal contra todas as mulheres que sofrem violência sexual neste país. É preciso derrotar esse projeto no Parlamento, em defesa da vida e da dignidade das mulheres e meninas vítimas de violência”, disse Luciana, em nota.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na sexta-feira (14) que o governo não apoia a proposta: “Não contem com o governo para essa barbaridade”.

“O governo, o presidente Lula ao longo da sua história, até atendendo solicitações de lideranças religiosas de parte da sociedade, sempre disse que nunca ia fazer nada para mudar a legislação atual do aborto no país. Nunca faria nenhum gesto, nenhuma ação para mudar a legislação de interrupção da gravidez no país. E nós continuamos com essa mesma postura”, disse Padilha. Vamos trabalhar para quem um projeto como esse não seja votado”, acrescentou.

De acordo com o Anuário da Segurança Pública, no ano de 2022 foi registrado o maior número de estupros e estupros de vulnerável da história, com 74.930 vítimas. Destas, 6 em cada 10 vítimas são crianças com idade entre 0 e 13 anos, que são vítimas de familiares e outros conhecidos. São essas crianças que o bolsonarismo quer que passem o resto da vida presas enquanto os estupradores seguem cometendo crimes.

Segundo dados do DataSUS, 247.280 meninas de 10 a 14 anos foram mães no Brasil, entre 2012 e 2022. Estudos apontam ainda que 57% das vítimas eram negras e 68% dos estupros ocorreram dentro de casa. Outro dado revela a gravidade deste cenário: em 64% dos casos, os autores eram familiares das vítimas. Segundo a ministra Cida Gonçalves (Mulheres), “são essas meninas que mais precisam do serviço do aborto legal, e as que menos têm acesso a esse direito”.

## Líder do PCdoB na Câmara crítica a proposta de alterar pisos da Saúde e Educação

A ditadura fiscalista em vigor no Brasil está pressionando o governo por mais cortes nos direitos sociais e nos investimentos públicos. Eles dizem que, como a arrecadação não é suficiente para recompor o orçamento, e como eles não aceitam reduzir os gastos com juros, esta seria a única forma de cumprir a meta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de zerar o déficit público este ano.

O Ministro, inclusive, anunciou que vai apresentar ao presidente Lula, ainda esta semana, uma proposta para acabar com os pisos constitucionais da Saúde e da Educação, conquistas da Constituinte de 1988. Seu plano é colocar um limite de 2,5% de ganho real (acima da inflação) por ano, imitando as limitações nos gastos que ele introduziu em seu “arcabouço fiscal”.

A possibilidade de derrubada dos pisos constitucionais provocou uma reação de parlamentares da base aliada no Congresso. Nem mesmo os neoliberais mais assanhados, conseguiram nos últimos anos derrubar estas conquistas sociais.

O líder do PCdoB na Câmara, o deputado Márcio Jerry (MA) ressaltou que é preciso aguardar para conhecer qual é a proposta do governo. “Mas limitar os investimentos em educação e saúde públicos sempre foram pautas que nós, da esquerda, nos posicionamos contra”, disse.

Um deputado do PT que preferiu não

se identificar afirmou ao Valor que isso causará grande turbulência na base social do partido e do governo e que não será de fácil aprovação. Lembrou que os pisos da saúde e educação só podem ser modificados por uma proposta de emenda constitucional (PEC), o que exigiria grande esforço político e daria munição para a oposição.

Esse deputado do PT afirmou que se a proposta avançar poderá limitar também o crescimento das aposentadorias que são vinculadas ao salário mínimo. A proposta foi sugerida pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, em entrevista ao Valor e prontamente rebatida pelos principais líderes do partido. Matéria do site 247 desta quarta-feira (12) informou que a reação contrária dentro do PT e do governo à proposta de Haddad está forte. Uma fonte chegou a dizer que Lula estaria “puto” com essa discussão.

Pablo Valadares/CD



Líder do PCdoB



# “Tarcísio quer privatizar as escolas para garantir lucros a empresários”

Presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo (APEOESP) repudia ameaça de entrega do dinheiro público para empresários: “É totalmente abusivo!”

A privatização de escolas estaduais de São Paulo tem como objetivo aumentar os ganhos do setor privado às custas do Estado. Tal medida se justifica pelo “viés ultraliberal” do governador Tarcísio de Freitas, que vê a Educação como mercadoria. A avaliação é do presidente da Apeoesp (Sindicato dos Professores de Ensino Oficial do Estado de SP), Fábio de Moraes. “O governo Tarcísio de Freitas de viés ultraliberal, enxerga nos serviços e no patrimônio público, formas de gerar lucros e ampliar negócios”, critica Fábio em entrevista ao HP.

“Com o falso argumento de que a iniciativa privada é mais eficiente, o único objetivo é a instituição do Estado mínimo e a geração de lucros para empresas e empresários, sem qualquer preocupação com a qualidade e os direitos da população”, diz.

Tarcísio anunciou a privatização de 33 escolas de ensino de nível médio e fundamental II no Estado de São Paulo. A entrega dessas unidades para o setor privado seria para a construção, manutenção, conservação, gestão e operação dos serviços “não pedagógicos” em novas unidades. Tal medida ameaça o direito a uma educação pública e de qualidade, podendo resultar na privatização completa do setor. Segundo admite o governo, o plano é privatizar ao menos outras 500 escolas do Estado que já estejam em funcionamento.

A medida infringe o princípio da gratuidade da Educação, além de ir contra a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A Constituição Federal garante a educação pública, gratuita. A privatização pode ocasionar custos indiretos para os alunos e suas famílias.

A decisão foi publicada no **Diário Oficial** da terça-feira (11). A concessão será de 25 anos e o preço cobrado pela prestação de serviço será o critério para a escolha do vencedor da licitação. A iniciativa de Tarcísio é semelhante ao projeto de lei apresentado pelo governo Ratinho Jr, no Paraná. Aprovado no último dia 3 pela Assembleia Legislativa, o plano prevê a privatização de 204 escolas do Estado. A decisão gerou protestos de professores e estudantes, com greve e manifestações.

No caso de São Paulo, Tarcísio e seu secretário da Educação, Renato Feder (o mesmo que implementou medidas nocivas à Educação enquanto ocupou a mesma pasta no PR), sequer encaminharam uma proposta para

discussão pelo Legislativo, o que é ainda pior. “É totalmente abusivo!”. “Mudanças tão drásticas em um serviço tão essencial precisam de um amplo debate, envolvendo todos os setores da comunidade escolar: professores, estudantes, pais, gestores”, defende o presidente da Apeoesp.

## AUTORITARISMO

O sindicalista critica também a falta de diálogo com a categoria por parte do governo. “Conduta autoritária”, diz. “Infelizmente temos vivenciado uma conduta bastante autoritária por parte desta administração: não atende às nossas reivindicações básicas, produz mudanças que só prejudicam nossa categoria e o processo ensino-aprendizagem, sem considerar a premissa máxima de garantir qualidade para os usuários dos serviços públicos e direitos para todos os trabalhadores da Educação pública”.

O Sindicato também tem se posicionando contra outros retrocessos da Gestão Tarcísio de Freitas. Entre esses, a taxação dos aposentados e as plataformas digitais que substituem o professor e afeta a qualidade do ensino, por exemplo. “Nossa luta permanente tem sido contra a plataforma digital, pela convocação de todos os aprovados no concurso público, pela devolução dos valores confiscados de aposentados e pensionistas, garantia de direitos aos professores com contratos temporários, contra provinhas e assédio moral, por salários dignos, entre outros itens”, pontua.

O sindicato já realizou várias ações contra o plano privatista e atua na construção de uma greve, além da convocação de um ato conjunto no próximo dia 21, para protestar contra esse e outros desmandos do Governo de SP. “[...] continuamos mobilizados pela construção de uma greve contra todos estes ataques que o governo Tarcísio/Feder vem impondo sobre nossa categoria e também à população de São Paulo”, informa Fábio.

“Conclamamos todos a se juntar aos professores nesta luta. No próximo dia 21 de junho, no vão livre do MASP, realizaremos um ato conjunto com os demais setores do funcionalismo em defesa da escola e dos serviços públicos”, continua. “E se necessário for, recorreremos à Justiça para garantir o que determina a Constituição: educação pública, gratuita, laica, de qualidade e acessível a todos e todas”, finaliza.

## Suicídios de PMs batem recorde no primeiro ano de Tarcísio em São Paulo

O número de casos de suicídio entre policiais militares de São Paulo bateu recorde no primeiro ano da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos). Foram registrados 43 casos em 2023, um número 30% superior ao de 2022, que foi de 33 e quase o dobro (95,5%) das 22 ocorrências de 2015. Os dados foram divulgados pelo jornal “Folha de S. Paulo”.

Esse número inclui policiais militares da ativa e homens e mulheres que passaram para a inatividade e são monitorados pela corporação. O número de agentes que tiraram a própria vida é superior à soma dos que morreram em serviço, no horário de folga ou aposentados assassinados por criminosos. Somados, os três totalizam 31 vítimas.

Entre 2015 e o ano passado, foram registradas 261 ocorrências de suicídio entre PMs, a maior parte das vítimas são praças (235 ou 90% deles), às patentes mais baixas da corporação, como soldados, cabos e sargentos. O número de oficiais que tiraram a própria vida é de 26 (10%). Do total, 65% deles estavam na ativa e 35% aposentados.

No mesmo período, o efetivo existente da PM caiu de 89.483 para 79.045 e o número de policiais assassinados foi de 64 casos em 2015 para 31 no ano passado.

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) de São Paulo não apontou os motivos que geraram o aumento da taxa de suicídios entre policiais, mas afirmou que tem implementado programas para acompanhar a saúde mental dos agentes.

“A Polícia Militar está ampliando as iniciativas de suporte ao bem-estar e atendimento psicológico aos agentes da ativa por meio do Sistema de Saúde Mental (SISMEN), que disponibiliza aten-

dimento psicossocial no Centro de Caps (Atenção Psicológica e Social), na capital, e também em 41 Núcleos de Atenção Psicossocial em todas as regiões do estado”, afirma a pasta.

## FALTA DE ACOMPANHAMENTO

Para Guilherme Bertassoni, doutor em psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e perito criminal da Polícia Científica do Paraná, o aumento de suicídios é resultado de uma maior pressão de trabalho, agravada pela falta de acompanhamento psicológico.

Ele diz que falar de saúde mental nas corporações ainda é um tabu. Policiais atuam sob a lógica de eliminação do inimigo e, nesse contexto, problemas psicológicos são considerados fraqueza e algo que não condiz com a finalidade do trabalho.

## MORTES PELA PM

Enquanto a pressão psicológica se agrava, a Polícia Militar também fica mais letal. O número de pessoas mortas por policiais militares em serviço no estado de São Paulo mais que dobrou no primeiro trimestre deste ano, segundo dados oficiais da gestão Tarcísio. Foram 179 casos nos primeiros três meses de 2024, contra 75 no mesmo período do ano passado, um crescimento de 138%.

É o maior número de mortes em ações da PM no Estado desde 2020, quando foram 218 vítimas. Em 2022, tinham sido 74 casos. Os novos números foram divulgados nesta segunda-feira (29) pela SSP.

Uma possível explicação para a explosão de óbitos após dois anos de casos em um patamar menor é a Operação Verão, realizada pela PM na Baixada Santista e que foi finalizada no dia 1º de abril com um total de 56 mortes.



Sindicalista criticou ainda a “conduta autoritária” do governador paulista



Milhares de manifestantes se concentraram na Avenida Paulista, em SP

## Manifestantes ocupam ruas de todo o país contra o “PL do Estuprador”

Manifestantes voltaram às ruas neste sábado (15) em repúdio ao projeto de lei (PL 1904) que altera o Código Penal e estabelece a aplicação de pena em casos de aborto em fetos com mais de 22 semanas, mesmo que as mulheres sejam vítimas de estupro. Em São Paulo, o protesto interditou a Avenida Paulista.

Os protestos contra o projeto, da bancada bolsonarista da Câmara, que visa beneficiar os estupradores e punir severamente as suas vítimas, na maioria crianças, crescem a cada dia. A proposta quer punir as vítimas de estupro que decidirem interromper a gravidez, o que é permitido pela lei, assim como os casos de anencefalia e risco de vida para a mãe.

O protesto, que começou às 15h, em frente ao Masp, teve a participação de mais de 50 grupos da sociedade civil e de entidades que lutam pelos direitos humanos.

Os manifestantes portavam faixas com os dizeres, “Criança não é mãe”, “Abaixo ao PL 1904”, “No estupro a mulher é a vítima” e “Abaixo estupradores”.

Desde a aprovação do pedido de urgência para a votação do projeto, em um processo conduzido por Arthur Lira e que durou 23 segundos, milhares de pessoas realizaram protestos em ao menos 10 capitais.

Atualmente, o Código Penal garante às brasileiras o direito de interromper a gestação em caso de estupro e risco à vida. E em 2012, uma decisão do Supremo Tribunal Federal estendeu a permissão para casos de anencefalia fetal. E não há limite de tempo para o procedimento.

Hoje, o Código Penal brasileiro determina que uma mulher que provoque a interrupção da gestação em si mesma ou consinta para que outro o faça podem ser sentenciadas de 1 a 3 anos de detenção.

Com o projeto, mulheres adultas e meninas, crianças vítimas de estupro, que passarem pelo procedimento ou os profissionais que fizerem o aborto podem ser presos. O texto além de equiparar o aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio, também criminaliza o procedimento em casos como estupro e risco de morte para a mãe.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, criticou a aprovação do requerimento de urgência do Projeto de Lei 1904/24. A urgência na tramitação do

projeto implica que ele não passará por comissões e será encaminhado diretamente ao plenário. Para Anielle Franco, isso representa uma falta de espaço para discussão com a sociedade e especialistas sobre a proposta. “As discussões sobre essa proposta desastrosa para a vida de meninas e mulheres no país tramitam com velocidade e pouco espaço para discussão com a sociedade e especialistas”, criticou.

A ministra também ressaltou a gravidade da situação de violência sexual no país, citando dados de 2022 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. “Os dados são alarmantes: o Brasil registrou cerca de 75 mil casos de estupro – o maior da série histórica. Seis a cada dez vítimas eram crianças de até 13 anos, 57% eram negras e 68% dos estupros ocorreram na residência das vítimas. Outro dado revela a gravidade deste cenário: em 64% dos casos, os autores eram familiares das vítimas”, detalhou.

Ela concluiu a publicação alertando sobre os impactos do projeto. “Esse projeto representa retrocesso e desprezo pela vida das mulheres. Esse não é o Brasil que queremos”, escreveu.

## INVERSÃO DE VALORES CIVILIZATÓRIOS

De acordo com o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Silvío de Almeida, o projeto “é uma imoralidade, uma inversão dos valores civilizatórios mais básicos”.

“É difícil acreditar que sociedade brasileira, com os inúmeros problemas que tem, está neste momento discutindo se uma mulher estuprada e um estupro tem o mesmo valor para o direito. Ou pior: se um estupro pode ser considerado menos criminoso que uma mulher estuprada. Isso é um descalabro, um acinte”, disse o ministro.

“Em segundo lugar, é um PL vergonhosamente inconstitucional, pois fere o princípio da dignidade da pessoa humana e submete mulheres violentadas a uma indignidade inaceitável, a tratamento discriminatório, o que não é permitido por nenhum parâmetro normativo nacional, ou internacional a que o Brasil tenha aderido”, destacou Silvío de Almeida.

“Esse projeto empurra a sociedade brasileira para um abismo de violência, de indiferença, de violação institucional dos direitos humanos de meninas e mulheres. Coloca em descrédito ainda maior as instituições de Estado. Que mulher vítima de violência sexual irá buscar apoio do Estado sabendo que pode ser

mais penalizada do que quem a violentou? Que mulher irá confiar no sistema de justiça brasileiro quando for estuprada?”, questionou o ministro.

Ele ainda destacou: “este PL acelera a falência moral e jurídica do Estado. Trata-se da materialização jurídica do ódio que parte da sociedade sente em relação às mulheres; é uma lei que promove o ódio contra mulheres. Como pai, como filho, como cidadão, como jurista, como Ministro de Estado eu não posso jamais me conformar com uma proposta nefasta, violenta e que agride as mulheres e beneficia estupradores”, finalizou o ministro.

“Não podemos retroceder! A extrema direita está tentando aprovar o PL 1904/24, que impõe a mulheres e crianças vítimas de violência sexual a obrigação de levar adiante uma gravidez indesejada. Em busca de likes, esquecem do mais importante: a vida e o bem-estar dessas pessoas. Criança não é mãe! Estuprador não é pai! Não vamos aceitar isso”, destacou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

Em discurso no Plenário, a parlamentar lembrou que o aborto já é ilegal no Brasil e que já existe pena no Código Penal. “Isso não é matéria de religião nem de polícia, isso é uma matéria da saúde pública brasileira, e como tal deveria ser debatida. Desde 1940, o Código Penal coloca três possibilidades em que a mulher pode abortar sem que seja considerado crime: no caso do próprio risco de vida dela; no caso de ser uma gestação resultante de estupro; no caso da anencefalia, por decisão do Supremo Tribunal Federal. A maioria das estupradas são as mais pobres, as mais vulneráveis e as mais jovens, que são meninas e adolescentes que são estupradas, na maioria dos casos, pelo pai biológico, pelo padrasto ou por alguém da família. São essas pessoas que vocês estão criminalizando aqui”, disse Jandira.

“É um absurdo! Para a extrema direita, uma mulher ou criança que foi violentada sexualmente deve ser presa em até 20 anos por homicídio se interromper a gestação a partir da 22ª semana. Criança não é mãe e estupro não é pai”, disse a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) em suas redes.

A deputada Daiana Santos (PCdoB-RS) também condenou o avanço da matéria. Para ela, a aprovação da urgência demonstra “o descaso com a vida das mulheres”.



Brigada Militar desocupou prédio onde estavam 200 famílias gaúchas

## Eduardo Leite expulsa vítimas de enchentes de prédio em Porto Alegre

Cerca de 200 pessoas desabrigadas pelas chuvas no rio Grande do Sul foram expulsas com violência pela Brigada Militar de um prédio público, no centro de Porto Alegre, que estava desocupado há mais de dez anos.

A violência da BM de Eduardo Leite, que utilizou gás pimenta atingindo mulheres crianças, ocorreu na tarde deste domingo e causou indignação de apoiadores, voluntário e políticos. Ainda neste domingo, a vereadora Abigail Pereira (PCdoB), registrou o B.O., acusando a Polícia Militar de agressão.

“O dia de hoje não está sendo fácil. Eu e Thaís (Alves), que faz parte da minha equipe e é Secretária de Comunicação Nacional da Juventude Pátria Livre, fomos umas das tantas mulheres agredidas pela Brigada Militar enquanto lutávamos por moradia! Estamos saindo da delegacia, onde registramos o boletim de ocorrência. Continuamos lutando em defesa do povo e das mulheres!”, afirmou a Abigail, que também foi agredida pela polícia.

De acordo com a vereadora, a ocupação, organizada pelo Movimento MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) “está localizada no centro da cidade com mais de 100 famílias e homenageia Sarah, que foi estudante da UFRGS e liderança do movimento estudantil gaúcho e teve sua vida interrompida enquanto realizava pesquisas sobre o seu TCC nas Ilhas”.

“A PM não seguiu os protocolos, não houve negociação. Houve, sim, abuso de autoridade”, declarou a advogada Clarice Zanini, que estava apoiando a ocupação.

Após a ação da polícia, moradores foram levados ao Palácio da Polícia, sob protestos de diversos apoiadores do movimento, e posteriormente liberados.



Boletim de Ocorrência feito pela vereadora Abigail Pereira (PCdoB) e Thaís Alves, dirigente da JPL

## Enel do Rio é multada em R\$ 13 milhões por apagões

Em um despacho publicado nesta sexta-feira (14), a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, multou a distribuidora de energia Enel do Rio de Janeiro em R\$ 13 milhões pela interrupção dos serviços e demora no restabelecimento da energia elétrica nas regiões afetadas. A multa foi publicada no Diário Oficial da União.

Segundo a decisão publicada, a distribuidora de energia italiana ainda poderá recorrer da punição, mas caso o faça perderá o direito a uma redução de 25% no valor da multa.

De acordo com a pasta, a medida se dá por violações ao Código de Defesa do Consumidor, interrupção de serviço público essencial e demora em seu restabelecimento. A secretaria ainda afirma que a distribuidora de energia não atendeu “aos fins legitimamente esperados e às normas regulamentares”.

A Enel tem concessão para distribuir energia para 66 municípios do Rio de Janeiro, com população estimada em 7,1 milhões de habitantes. Em novembro do ano passado, diversos municípios do estado fluminense ficaram sem luz após um temporal.

A multa de R\$ 13.067.441,04 aplicada pela secretaria do Ministério da Justiça deverá ser quitada pela empresa em até cinco dias. Cabe recurso ao processo administrativo.

A publicação desta sexta, que é assinada pelo diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Vitor Hugo do Amaral Ferreira, determina a comunicação da sanção ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que poderão sugerir medidas adicionais.

No início de junho, a Senacon aplicou uma multa no mesmo valor por problemas semelhantes registrados em São Paulo. Na cidade, a Enel não conseguiu conter apagões entre novembro de 2023 e fevereiro deste ano.

Em abril, a Enel também foi multada em 10 milhões de reais no Ceará por falta de energia no Réveillon. Também no Ceará, a empresa é alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa.



# Seminário debate frente nacional em defesa da reindustrialização



## Governo federal recebe docentes, mas reajuste fica fora da pauta

Na manhã desta sexta-feira, representantes dos docentes federais, que estão em greve há dois meses, voltaram a se reunir com o governo para negociar as reivindicações da categoria.

A questão do reajuste ficou de fora da pauta apresentada pelo governo, e a suspensão da greve ou não ainda será analisada pelas assembleias dos servidores ao longo da semana. Mas, de início, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), embora reconheça que houve avanços na negociação, já resolveu orientar pela continuidade da paralisação, já que nada mudou em relação ao reajuste ainda este ano.

O sindicato reivindica aumento de 3,69% em agosto deste ano, 9% em janeiro de 2025 e 5,16% em maio 2026. A proposta do governo é 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026.

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinafese) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições de Ensino Superior Públicas (Fasubra) também estiveram na mesa de negociação e tendem a seguir a mesma decisão do Andes em relação a continuidade do movimento.

Segundo as entidades, os maiores avanços foram a revogação da portaria 983, que ampliou a carga horária dos docentes. A revogação da portaria, editada no governo Bolsonaro, é uma das reivindicações do movimento. A promessa da criação de um grupo permanente de trabalho para discutir a reestruturação da carreira acadêmica também foi considerada um avanço pelos grevistas.



## Servidores do Meio Ambiente condenam fim de negociações e aprovam greve a partir do dia 24

Na última sexta-feira (14), servidores federais do meio ambiente de 11 estados aprovaram greve geral a partir do próximo dia 24. A decisão, tomada em assembleias organizadas pela Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional), reflete a insatisfação crescente entre os trabalhadores com o encerramento das negociações anunciado pelo governo federal, no dia 7 de junho.

Desde o fim de 2023, o Ministério da Gestão e Inovação no Serviço Público tem conduzido negociações com os servidores ambientais, que demandam valorização salarial e reestruturação de carreira. No entanto, as conversas foram encerradas abruptamente, com o governo alegando ter alcançado "o limite máximo, do ponto de vista orçamentário, do que é possível oferecer" aos trabalhadores.

Segundo Leandro Valentim, diretor da Associação dos Servidores da Área Ambiental Federal do Rio de Janeiro (Asibama-RJ), a greve é uma resposta ao fim das negociações, que terminou sem uma proposta de valorização de carreira e salários para o setor. "Os servidores ambientais estão há meses lutando por uma reestruturação justa da carreira e melhores condições de trabalho. A falta de diálogo por parte do governo nos levou a esta paralisação, que infelizmente aprofun-

dará os já significativos impactos em diversos setores, especialmente no de petróleo e gás", afirmou Valentim.

De acordo com o sindicato, há anos o setor vem sendo desvalorizado, com mais de 4 mil cargos vagos, evasão de servidores, que chega a mais de 25%, em média, no Ibama e ICMBio, e uma perda de poder de compra que ultrapassa 75% nos últimos 10 anos.

A greve foi aprovada como um último recurso após esgotadas todas as tentativas de diálogo. A Ascema Nacional enfatiza que a decisão pela paralisação foi tomada com pesar, mas vista como necessária para garantir os direitos dos servidores. "A falta de diálogo por parte do governo nos levou a esta paralisação, que infelizmente aprofundará os já significativos impactos em diversos setores, especialmente no de petróleo e gás", declarou Leandro Valentim, diretor da Associação dos Servidores da Área Ambiental Federal no Rio de Janeiro (Asibama-RJ).

Os trabalhadores de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba, Espírito Santo, Pará, Acre e Rio Grande do Norte aprovaram indicativo de greve a partir do dia 24 de junho, enquanto para Distrito Federal, Santa Catarina e Bahia devem parar suas atividades a partir de 1º de julho. Os servidores do Ceará votaram contra a paralisação.



Rafael Lucchesi, diretor da CNI, participa de encontro, realizado na CTB



## Encontro aprova manifesto "Ao povo brasileiro"

Leia abaixo o manifesto "Ao povo brasileiro", aprovado no Seminário "Nova Política Industrial a Serviço do Desenvolvimento do Brasil", realizado na sede da CTB no último dia 11 de junho.

Crece com a força da razão, a Unidade Nacional para livrar o país da estagnação econômica que há décadas mina as energias do povo brasileiro e de seu setor produtivo. Nos últimos treze anos, o crescimento do PIB brasileiro foi Zero e, ampliando o foco, de 2%, em média, nos últimos 40 anos.

Não é mais possível que o país viva sufocado pelas maiores taxas de juros do mundo, que assaltam mês a mês, há mais de 30 anos, os cofres do Tesouro Nacional, e bloqueiam o nosso crescimento, fórmula pós moderna de promover a derrama. Só nos últimos 12 meses foram pagos 776 bilhões de reais em juros, o equivalente ao orçamento da Saúde, da Educação e do Bem Estar Social somados.

Essa irracionalidade é capitaneada pelo próprio Banco Central, presidido por Roberto Campos Neto, banqueiro de terceira geração e adepto da doutrina do estado mínimo, da farra importacionista, da desindustrialização e da reprimarização da economia nacional.

Não temos porque suportar esse atraso de vida. Somos o Brasil dos defensores da indústria como Rui Barbosa e Roberto Simonsen, da modernização trazida pela revolução de 1930, da economia que mais cresce no mundo durante 50 anos.

Somos o povo que escreveu uma das constituições mais modernas do mundo. Somos o Brasil de Getúlio e Juscelino, de Jango e Tancredo. Um país que elegeu três vezes um operário metalúrgico para a Presidência da República e que, se quiser, pode ter um futuro radiante pela frente.

O Brasil é um dos cinco países com maiores riquezas naturais do mundo, com 8.500 km de litoral, maior floresta tropical do planeta, maior rede hidrográfica, dimensões continentais, maior reserva mineral e uma só língua em todo o território nacional.

A riqueza gerada pelos que produzem: os impostos, os saldos comerciais, as reservas e, como consequência, o crédito, hão de ser utilizados na construção da infraestrutura, em universidades, na escola integral, na educação infantil, nas creches, na habitação, na cultura.

Já passou a hora do Brasil se libertar das amarras que impedem

nosso crescimento econômico. Para isso, o principal é reduzir as taxas de juros, aumentar o investimento público, estimular o investimento privado para um novo patamar - já foi de 25% do PIB e hoje é 16%.

Disponibilizar crédito abundante e barato para o desenvolvimento tecnológico, em especial para a indústria de base. Concentrar as compras do governo nas empresas de conteúdo nacional, na construção civil, na indústria naval, na aeronáutica, na defesa, no polo industrial da saúde.

Forjar a economia no fortalecimento da produção industrial e no mercado interno, complementados por uma vigorosa produção agrícola, num salário mínimo suficiente para sustentar a família e estimular as vendas. Numa indústria pujante em tecnologia e respeito ao meio ambiente. Formar uma poderosa corrente pela reindustrialização do país. Deixar falando sozinho os arautos da especulação financeira.

É nossa responsabilidade completar a obra dos que iniciaram a construção de um Brasil grande e próspero para seu povo, para que nossos filhos e netos acreditem no futuro da pátria e da humanidade.

CTB realizou debate com representantes da CNI, confederações e sindicatos, no dia 11

Centrais dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil (CTB), com a participação de representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (Fitmetal), realizou, nesta terça-feira (11), o Seminário "Nova Política Industrial a Serviço do Desenvolvimento do Brasil". O debate contou ainda com as presenças de Artur Bueno (CNTA), Ubiraci Dantas (CTB), Maria Pimentel (CTB), Carlos Müller (presidente do Sindmar e da Contmef), entre outras lideranças.

O encontro debateu a construção de uma agenda unitária entre os diversos setores da sociedade, unindo trabalhadores e empresários, pela retomada da industrialização do país. Para o presidente da CTB, Adilson Araújo, o Brasil tem uma enorme potencialidade a partir da indústria naval, da indústria energética e infraestrutura, "mas a indústria que almejamos ainda encontra muitas pedras no caminho. Hoje 96% do petróleo da Petrobrás é transportado por navios de bandeira estrangeira, tornando o setor totalmente dependente", exemplifica.

"É possível construirmos um caminho de desenvolvimento nacional, com crescimento e valorização do trabalho", afirma. Carlos Pereira, um dos organizadores do encontro, ressaltou que "o Brasil já foi o país que mais cresceu no mundo, com 7% ao ano por 50 anos, de 1930 a 1980. Era um país que avançava. Hoje a situação é totalmente outra. Estamos com 10,5% de juros, estamos oprimidos pelo capital internacional. As importações subsidiadas, que quebram a produção nacional. É essa situação que temos que reverter, no sentido de montar um pacto nacional para retomar o crescimento da indústria".

Ao final do encontro, Pereira leu um manifesto a ser apresentado e debatido com a sociedade brasileira, com o governo, a fim de aprofundar e criar uma ampla frente pela reindustrialização do país. O Seminário contou com exposição de Rafael Lucchesi, diretor da CNI, que fez um resgate histórico do processo industrial brasileiro desde a Revolução de 30, com Getúlio Vargas. "Até a década de 30 éramos um país agrícola, com o café como principal produto de exportação. Com o crash de 29, muito perto da Segunda Guerra, temos uma disputa de hegemonia. A Inglaterra em decadência e os EUA em ascensão. É exatamente quando o Brasil transita de seu sistema econômico, com uma ruptura, quando o tenentismo assume o poder em 30. Ali começa a haver uma virada, começa a se industrializar, mais do que a Argentina, que empobrece. E o Brasil recupera o PIB de 29 em 1932. A Argentina ultrapassa só em 1949. Avançamos muito nesse ciclo e isso se permitiu criar uma hegemonia industrial desenvolvimentista no Brasil. Vargas dá um enorme salto, com construções políticas organizadoras, com a CLT, tudo isso é uma construção histórica importante, que segue com Juscelino, João Goulart, até a década de 80".

De acordo com Lucchesi, a partir da década de 80, com a adesão ao Consenso de Washington e a transferência do protagonismo econômico ao rentismo, ao setor financeiro, "a gente

começa a perder densidade produtiva e desse ponto de vista o Brasil foi o que mais perdeu". "Perdemos estrutura produtiva, capacidade produtiva e retrocedemos. As exportações de alta e média tecnologia caíram 50%. Estamos tendo uma especialização regressiva porque estamos abrindo mão dos segmentos mais sofisticados".

"Mas agora, temos uma oportunidade", avalia, ressaltando ainda que "o diálogo pelo desenvolvimento do país que exige maturidade".

"O mundo hoje aposta em uma agenda de política industrial, conteúdo nacional, restrição a importações, apoio a suas exportações, intervenção do Estado". Para Lucchesi, o Brasil tem grande potencial industrial com a forte agenda de descarbonização. O país tem energia verde em abundância, energia limpa e barata. Energia renovável, eólica e hidrogênio verde, que poderão impulsionar enormemente a nossa economia", ressalta.

Também presente ao debate, José Reginaldo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), destacou que a atuação dos trabalhadores "foi duramente comprometida desde as reformas trabalhista de 2016". E reforçou a necessidade de uma agenda de crescimento que configure também melhores condições de trabalho e desenvolvimento social.

"O Consenso de Washington degradou as condições de trabalho. Não há retomada da indústria para o Brasil voltar a crescer se o empresário se mantiver subjugado, debaixo da dependência e do pseudo modelo desenvolvimento primeiro mundista, fazendo o que ele, empresário, viva como em contínuo processo de negação, com dilema existencial entre valorizar a mão de obra ou desnacionalizar qualquer papel do estado", completou Reginaldo.

Para Assis Melo, da Federação Interstadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (Fitmetal), "o custo Brasil, todo empresário acha que são os salários e os direitos. Mas não querem olhar para as taxas de juros, o aumento do preço da energia e da água privatizadas. Estado é fundamental para retomar o crescimento econômico e uma indústria forte, como se mostrou na pandemia e na tragédia no RS", afirmou.

Maria Pimentel, dirigente da CTB destacou que é preciso também "cobrar do governo". "Para o crescimento da indústria, tem que haver a redução dos juros, fim do teto de gastos e acabar com esse negócio de déficit zero", ressaltou.

Em sua fala Bira convocou os presentes para audiência pública na Câmara Federal, no dia 10 de julho. "Vamos fazer uma audiência pública na Câmara Federal, com governo, trabalhadores e empresários. Nos últimos 12 meses foram destinados R\$ 760 bilhões para a banca internacional. Enquanto isso, os professores estão há meses em greve e a proposta é zero de aumento. É preciso dar início a esse processo de construção dessa frente. Unir todos os patriotas pela reindustrialização do Brasil".

Carlos Müller, também destacou que "o papel da Petrobrás para valorizar a indústria nacional é muito importante. Ela precisa contratar a construção de navios e plataformas no Brasil e trabalhar com navios de bandeira nacional", defendeu.

Leia ao lado a carta aprovada no Seminário.





# EUA deve parar de dar armas para Israel matar palestinos, diz Jill Stein



"Posição de Washington impede paz no Oriente Médio", denuncia Jill Stein

## Cerco de Netanyahu a Gaza ameaça 8 mil crianças de morte por inanição

Mais de 8 mil crianças menores de 5 anos estão em situação de desnutrição aguda na Faixa de Gaza, com 1,6 mil delas em estado grave, afirmou o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, na quinta-feira (13). "Uma proporção significativa da população de Gaza enfrenta, neste momento, fome catastrófica e condições análogas à fome", frisou.

"Apesar dos relatos de aumento na distribuição de alimentos, atualmente, não há evidências de que aqueles que mais precisam estejam recebendo alimentos em quantidade e qualidade suficientes", completou.

Adhanom informou ainda que por conta da insegurança e de dificuldades de acesso, apenas dois centros de atendimento para casos de desnutrição aguda operam atualmente na região.

"Nossa incapacidade de ofertar serviços de saúde de forma segura, combinada com a falta de água potável e saneamento, aumenta significativamente o risco de crianças subnutridas", destacou. De acordo com a OMS, pelo menos 32 mortes por desnutrição aguda já foram reportadas em Gaza nos últimos dias, incluindo 28 entre crianças menores de 5 anos.

### "TRAUMAS PROFUNDOS"

O Comissário Geral da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), Philippe Lazzarini, se somou à denúncia assinalando que a guerra privou as crianças de Gaza da sua infância.

"As crianças da Faixa de Gaza experimentarão o que nenhuma criança no mundo deveria ver ou sentir. Muitos foram mortos, feridos e muitos ficarão desfigurados para o resto da vida", assinalou na rede X.

"Aqueles que sobreviveram sofrem traumas profundos. As suas escolas foram destruídas e perderam um ano letivo inteiro, sem educação nem diversão. Sem um cessar-fogo teremos uma



Netanyahu impede entrada de alimentos em Gaza

geração perdida", salientou.

Na mesma rede social, a UNRWA alertou ontem que mais de 330 mil toneladas de lixo se acumulam em áreas povoadas ou próximas da Faixa devido à guerra e à destruição causada pelo Exército do genocida Netanyahu. Tal situação "representa riscos catastróficos para o ambiente e a saúde", sublinhou.

### BRUTALIDADE

Desde 7 de Outubro de 2023, as forças de ocupação israelenses continuaram a sua agressão contra a Faixa de Gaza, por terra, mar e ar, resultando no assassinato de mais de 37.232 pessoas, principalmente crianças e mulheres, e no ferimento de 85.037, enquanto milhares das vítimas permanecem nos escombros.

Especialistas em Direitos Humanos das Nações Unidas, na quinta-feira (13), reforçaram a condenação do massacre cometido pelas forças genocidas no campo de refugiados de Nuseirat, em Gaza, que resultou na morte de pelo menos 274 civis palestinos, incluindo 64 crianças e 57 mulheres, e o ferimento de aproximadamente 700 outras pessoas.

Em 8 de junho, as tropas de ocupação israelenses, com a ajuda de soldados e mercenários estrangeiros, entraram no campo de Nuseirat disfarçadas de deslocados internos e trabalhadores humanitários a bordo de um caminhão de ajuda, e atacaram violenta e covardemente os habitantes com intensa ação terrestre, aérea e marítima,

ataques que semearam terror, morte e desespero.

"Estes métodos expõem os trabalhadores humanitários e a entrega da tão necessária ajuda humanitária a um perigo maior e revelam um nível de brutalidade sem precedentes nas ações militares israelenses", afirmou o documento assinado por diplomatas encabeçados por Francesca Albanese, Relatora Especial da ONU para os Direitos Humanos nos territórios palestinos.

O Programa Alimentar Mundial já anunciou a cessação das suas operações no local devido a "preocupações de segurança".

Os especialistas afirmaram: "O número dramaticamente elevado de mortes entre os palestinos afetados pela operação israelense de libertação de prisioneiros realça o flagrante desprezo de Israel pelas vidas palestinas. Ao abrigo do direito internacional, todas as vidas civis devem ser igualmente valorizadas e protegidas, e nenhuma vida vale mais do que outra."

Observaram que Israel teve a oportunidade de libertar os prisioneiros sem mais derramamento de sangue há 8 meses, quando o primeiro acordo de cessar-fogo foi apresentado. Em vez disso, rejeitou sistematicamente as propostas de cessar-fogo, preferindo continuar o seu ataque a Gaza, que levou à morte até de reféns israelenses. Enquanto isso, Israel alega estar participando de operações militares para resgatá-los.



## Manifestação lota a capital iemenita Multidões no Iêmen repudiam genocídio israelense em Gaza

Centenas de milhares de pessoas se manifestaram em mais de 100 locais diferentes do Iêmen, na sexta-feira (14), em repúdio ao genocídio que Netanyahu comete em Gaza e em demonstração de solidariedade aos palestinos, informou a agência de notícias SABA.

As marchas no país árabe contra a invasão da Faixa de Gaza têm sido recorrentes. Agora, pela 35ª semana consecutiva na capital Sanaa, os manifestantes saíram às ruas expressando "Firmes com Gaza. Vamos apoiar cada vez mais nossos irmãos!", e sublinharam que manterão o seu compromisso de defender a causa palestina.

As manifestações também aconteceram nas cidades de Saada, Raymah, Maarib e em vários distritos das províncias de Amran, Ibb, Taiz e Al Jawf.

O líder do movimento nacional Ansar Allah, Abdul-Malik al-Houthi, afirmou que os Estados Unidos tentam forçar o Iêmen a se abster de apoiar a causa palestina, mas destacou que não deixarão de defender Gaza.

### DESASTRE HUMANITÁRIO E SANITÁRIO

O fechamento contínuo das passagens pelas forças de ocupação israelenses, especialmente a passagem de Rafah — que é a principal artéria de abastecimento de toda a Faixa de Gaza — impede a entrada de ajuda humanitária, incluindo alimentos, medicamentos, bem como combustível, e representa uma ameaça iminente de desastre humanitário e sanitário.

Neste sábado (15), fontes do Ministério da Saúde da Palestina informaram que o número de mortos na agressão israelense na Faixa de Gaza subiu para 37.296 mortos e 85.197 feridos, a maioria deles mulheres e crianças, desde 7 de outubro.

As mesmas fontes acrescentaram que o exército de ocupação cometeu três massacres deixando 30 mártires e 95 feridos nas últimas 24 horas, referindo que ainda há vítimas debaixo dos escombros e nas ruas, mas as equipes de ambulâncias não conseguem alcançá-las.

## Com presos e feridos, Senado argentino aprova por 37 a 36 pacote de arrocho fiscal de Milei

Após onze horas de debate ininterrupto no Senado, e enquanto milhares de manifestantes confrontavam nas ruas de Buenos Aires uma brutal repressão, foi aprovado por 37 votos a 36 o pacote de arrocho fiscal de Milei. Entre outros atropelos, o descalabro só foi viabilizado com o chamado "voto de qualidade" da presidente do Senado e vice-presidente da República, Victoria Villaruel, que desempatou a decisão na segunda votação.

A tensão no momento do empate fez que viessem à tona escândalos, como a concessão de uma embaixada em Paris, com salário de 20 mil dólares, para que uma senadora mudasse o seu voto. Ela não foi a única, advertiu a Federação Sindical de Profissionais da Saúde da República Argentina (Fesprosa), Maria Fernanda Boriotti.

"Neste cenário, a presença da rua pode ter sido um fator que desequilibrava a balança da votação para um lado ou outro. Por isso, o governo decidiu acabar com a presença da sociedade de forma selvagem", denunciou, apontando o uso e abuso de gás lacrimogêneo, balas de borracha, cacetetes e caminhões com canhões de água.

Para Maria Fernanda, o enorme operativo intimidatório lançado contra os manifestantes e parlamentares na Praça do Congresso foi para impor uma agenda contrária aos interesses nacionais e já "nasce manchado pela corrupção e repressão".

"A decisão política do governo de chegar a hora da votação com uma praça sem gente desencadeou uma repressão indiscriminada de forças federais e locais que deixaram um saldo ainda indeterminado de presos e feridos", declarou Maria Fernanda. A dirigente apontou que entre os feridos estão três deputados nacionais (federais) vitimados pelos gases lançados pela polícia.

"Em todo o país, ocorreram manifestações massivas de um amplo espectro de forças da sociedade: civil, política, sindical e de organizações

sociais, repudiando a Lei de Bases", assinalou a presidente da Fesprosa. E apontou que a iniciativa de Milei vem para na contramão dos interesses patrios, e é "um instrumento que avança sobre os direitos dos trabalhadores, dos aposentados e da soberania nacional, algo feito para beneficiar os negócios de poderosos locais e internacionais".

O secretário-geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Argentina (CTA-T) e deputado nacional, Hugo Yasky, acredita que "nosso povo respondeu à altura, pois sabe que esta lei pode nos afundar como país e nos mergulhar numa espécie de enclave colonial". "Não teremos mais nada em troca dos recursos naturais que esse governo quer nos tirar; nos quais perderemos direitos trabalhistas, nos quais o tráfico de drogas e o tráfico de pessoas terão um paraíso fiscal para lavar seus fundos ilícitos", protestou.

"A praça ficou lotada e as ruas circundantes, além das praças das províncias [Estados], expressando a rejeição da classe trabalhadora e do povo argentino a este projeto. O que está ocorrendo é uma traição ao país e, portanto, esta lei continuará a ser combatida", disse Hugo Godoy, secretário-geral da CTA Autónoma.

Em manifesto conjunto, os movimentos sociais rejeitaram o atropelo de Milei, assinalando como um sério retrocesso à democracia. "Vemos este projeto político, baseado na ideologia que anima a sua gestão, traduzido em políticas que pulverizam a renda popular, bem como a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, destroem o aparelho produtivo, geram desemprego, eliminam conquistas que ao longo do tempo proporcionaram maior justiça à relação capital-trabalho, entregam nosso patrimônio e os recursos naturais. O objetivo desta gestão 'libertária' [como se autointitula Milei] é aprofundar as políticas econômicas, sociais e culturais aplicadas na última ditadura civil-militar, nos anos 90 e na gestão neoliberal do governo de Macri".

## Tropas israelenses roubam e assassinam jornalistas, denuncia sindicato palestino

Segundo informe do Sindicato dos Jornalistas Palestinos (SJP), houve 84 roubos de pertences de jornalistas por parte de soldados de Israel somente nas raias do território da Cisjordânia.

Relatório do SJP informa, que já somam em oitenta e quatro, os roubos de propriedade pessoal de jornalistas desde outubro de 2023, somente no território da Cisjordânia palestina. No mesmo período, 151 jornalistas foram mortos pelas tropas invasoras israelenses.

Segundo o SJP, foram roubados 50 celulares, particularmente em invasões a lares de periodistas. Oito laptops também foram surrupiados e ainda foram destruídas oito impressoras e drones usados para filmar e fotografar também foram roubados.

Outros objetos embolsa-



Ataque a jornalistas palestinos por israelenses

dos incluem cabos, microfones, coletes de proteção. Câmeras fotográficas foram destruídas.

Mohamed Al-Lahham, que preside o Comitê pela Liberdade que integra o SJP, o número de itens roubados e destruídos na Faixa de Gaza deve ser exponencialmente maior uma vez que foram destruídos 86 escritórios de mídia no enclave sob ataque e destruição.

Segundo ele, é difícil

computar a dimensão do material assaltado e destruído devido aos bombardeios que dificultam o acesso aos locais atingidos.

Al-Lahham condenou essa sanha das hordas de Netanyahu, afirmando que "aquilo que os israelenses chamam de confisco, o que ocorre dia e noite, sem qualquer documentação legal ou prova do confisco, iguala tais ações às de ganhos criminosos".

Jill Stein, candidata a presidente nos EUA pelo partido Verde, condena atrocidades e diz que "regime de Israel é ainda pior do que o do apartheid na África do Sul"

Candidata à presidência dos Estados Unidos, Jill Ellen Stein, afirmou nesta semana ao programa "With the Editor", da televisão palestina, que o governo norte-americano pode pôr fim ao genocídio praticado pelas tropas israelenses, basta apenas parar de fornecer armas ao governo de Benjamin Netanyahu.

"A atual posição americana é o que impede o processo de paz na região, e esta administração não leva a sério as posições que expressa, tomando uma posição que viola a lei", afirmou Stein.

A candidata Jill Stein ressaltou que o "Congresso dos EUA não pode continuar a financiar o lado israelense com armas".

Na avaliação da médica que foi candidata a presidente dos EUA em 2016 pelo Partido Verde, bastaria um telefonema do presidente Joe Biden para que seu país pusesse fim a uma agressão que já ceifou mais de 35 mil vidas e deixou mais de oito mil desaparecidos, grande parte crianças. Stein disse que Biden age de uma forma que viola o direito internacional ao armar Israel, que viola os direitos humanos e todos os acordos e impede a entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza.

Para a líder opositora estadunidense, é um processo histórico de agressão, com Israel cometendo genocídio contra o povo palestino há 76 anos, o que constitui uma grande tragédia que exige uma mobilização em prol dos valores humanos. "Estamos vendo um estado de raiva pelo genocídio cometido por Israel e pelo apoio dado pela administração norte-americana ao governo sionista", frisou.

De acordo com Jill Stein, a posição estadunidense já dura décadas, apoiando e financiando guerras desastrosas por todo o planeta, postura que é extremamente prejudicial para os interesses do povo americano.

O fato de Biden convidar Netanyahu para falar perante o Congresso é "uma traição ao povo americano e é uma questão irritante, especialmente à luz da emissão de mandados de prisão contra ele". "Netanyahu deveria ser preso em vez de vir para os Estados Unidos", destacou.

A líder opositora saudou as mobilizações de solidariedade e protesto dos estudantes universitários americanos, frisando que são manifestações de quem não aceita a política do império americano, de jovens que defendem um futuro melhor para si e para o mundo, sendo solidários com a causa palestina, a mais justa do mundo.

### REPRESSÃO NOS EUA

A covarde repressão aos participantes dos protestos, condenou Jill Stein, é um ataque à liberdade de expressão e aos direitos. É uma violação à própria Constituição dos EUA, que exige a necessidade de ir à Justiça e apresentar queixa contra a polícia que agride covardemente os manifestantes. O fato, sintetizou, "é que Biden age como o presidente de um império e não se importa com o que milhões de palestinos estão expostos".

Para Stein, é insustentável o fracasso da administração estadunidense em pressionar Israel para fornecer ajuda humanitária à Faixa de Gaza, apesar dos anúncios das Nações Unidas e do Programa Alimentar Mundial de que a fome ameaça os cidadãos de Gaza, que estão em meio a uma grave crise alimentar.

No mesmo contexto, sublinhou a necessidade de pôr fim aos ataques e ao

armamento dos chamados colonos, armados, que cometem crimes contra os civis, as suas casas e os seus bens, sublinhando que há crescente consciência na sociedade americana, diante do processo de limpeza étnica e genocídio praticado contra todos os palestinos.

"O que está ocorrendo na Palestina é pior do que o regime de apartheid que ocorreu na África do Sul", reiterou Stein, defendendo a utilização de todos os elementos possíveis para pressionar a administração americana.

Sobre o ataque das tropas de Netanyahu à Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para Refugiados (UNRWA), a candidata do Partido Verde fez uma condenação enfática: "Israel está matando trabalhadores na agência e no setor médico e de saúde, e também bombardeando hospitais. Todos estes crimes são apoiados pela administração americana. Devemos lutar contra o discurso israelense contra a agência e as organizações internacionais e deve haver uma posição internacional a favor da agência".

Não é possível opor-se à ideia das Nações Unidas colocar o Estado ocupante na lista da vergonha, defendeu Stein, "classificando Israel como alguém que prejudica as crianças e até as mata". "Isso acontece todos os dias e está documentado com imagens. A posição americana é fonte de raiva e vergonha, e ninguém pode negá-lo, amordaçando bocas e enganando a justiça", acrescentou.

No mesmo contexto, a candidata apontou que os ataques sionistas contra os locais sagrados e a proibição do acesso dos fiéis à Jerusalém ocupada fazem parte da política de apartheid e genocídio contra o povo palestino, à qual deve ser posta fim de uma vez por todas.

### PROTESTO UNIVERSITÁRIO

A candidatura de Stein, desta vez se apoia no mais amplo movimento universitário desde os idos da campanha contra a guerra do Vietnã. Exemplo marcante foi o protesto na Universidade de Yale. Mais de 150 estudantes concluintes, se retiraram da cerimônia de entrega de diplomas em protesto contra a chacina diária perpetrada por Israel em Gaza, exigindo a suspensão dos investimentos nas fabricantes israelenses de armas e contra a resposta da direção às manifestações solidárias à Palestina no campus.

A manifestação começou quando o diretor da universidade, Peter Salovey, realizava a tradicional apresentação dos formandos de cada faculdade no Old Campus de Yale, que estava repleto com milhares de licenciados que se distinguiram pelos chapéus e togas de finalistas. Pelo menos 150 estudantes que estavam sentados nas primeiras fileiras se levantaram em conjunto, viraram as costas ao palco e abandonaram a cerimônia pela porta principal.

Muitos dos estudantes carregavam cartazes com frases como "Livros, não bombas" e "Desinvestir na guerra". E ainda exigiam "Retirem as acusações" e "Protejam a liberdade de expressão", em referência às ações para desmobilizar e reprimir acampamentos pró-Palestina em várias outras universidades norte-americanas, entre as que se destacam a entrada da polícia nos campus, a prisão de manifestantes e a instauração de processos disciplinares a alunos e docentes que participaram dos atos.



# 600 mil nas ruas da França repudiam o fascismo e dizem basta a Macron



“Minha França é Antifascista”, diz o cartaz (Europa Press/Telmo Pint)

## Pentágono despejou fake news contra vacina Sinovac na pandemia para atingir a China

Com o objetivo de desacreditar a vacina chinesa Sinovac contra a COVID-19 nas Filipinas, uma nação especialmente atingida pelo vírus, o Pentágono lançou uma campanha antivacina secreta para semear dúvidas sobre a segurança e a eficácia das vacinas e de outras ajudas essenciais fornecidas pela China, revelou uma investigação da agência Reuters.

Através de contas falsas na internet, operadas por militares do exército dos EUA, se passando por filipinos, a propaganda norte-americana se transformou em uma campanha antivacina. Sem nenhuma evidência nem credibilidade, postagens nas redes sociais denunciavam a qualidade das máscaras faciais, kits de teste e da primeira vacina que se tornaria disponível nas Filipinas – a vacina Sinovac da China.

Pelo menos 300 contas no X, anteriormente Twitter, que correspondiam às descrições compartilhadas por ex-oficiais militares dos EUA familiarizados com a operação nas Filipinas foram reveladas pela Reuters. Quase todas foram criadas no verão de 2020 e centradas no slogan #Chinaangvirus – Tagalog para “China é o vírus”.

“COVID veio da China e a VACINA também veio da China, não confie na China!” dizia um twitter típico de julho de 2020 na língua filipina tagalo. As palavras estavam ao lado da foto de uma seringa, uma bandeira chinesa e um gráfico ascendente de infecções. Outra postagem dizia: “Da China – EPI, Máscara Facial, Vacina: FALSO. Mas o Coronavírus é real.”

## G7 aprovou roubo de ativos russos para financiar guerra dos EUA/Otan na Ucrânia

Em um ato classificado por muitos como “serrar o galho em que se está sentado”, o grupo de países imperialistas e ex-colonialistas que atende pela sigla de G7 anunciou na quinta-feira (13) que irá usar os juros das reservas russas congeladas em instituições ocidentais – US\$ 1,5 bilhão – como garantia do empréstimo de US\$ 50 bilhões para o regime de Kiev manter os ucranianos de bucha de canhão da Otan para leste e da guerra por procuração contra a Rússia.

O que tem como efeito colateral explicitar que os dólares e euros mantidos em depósito em bancos ocidentais podem ser apanhados assim que Washington preferir. As reservas russas congeladas são da ordem de US\$ 300 bilhões, 95% disso no Euroclear, instituição europeia de compensação, e os aprendizes de feiticeiro optaram, por agora, em afanar os juros sobre as reservas congeladas, dizendo que isso não atinge as normas internacionais, questão sobre cuja legalidade até o FMI emitiu “preocupações”.

A Rússia já havia avisado, previamente, que tal roubo será respondido na lata com confisco de bens ocidentais na Rússia. Nesta sexta-feira (14), ao

defensável,” disse Daniel Lucey, especialista em doenças infecciosas da Escola de Medicina Geisel de Dartmouth, um ex-médico militar que ajudou na resposta aos ataques de antraz de 2001.

O esforço para instigar o medo sobre as vacinas chinesas arriscou minar a confiança geral do público nas iniciativas de saúde do governo, incluindo as vacinas feitas nos EUA que se tornaram disponíveis posteriormente, afirmaram Lucey e outros.

“Por que vocês fizeram isso quando as pessoas estavam morrendo? Estávamos desesperados,” assinalou a Dra. Nina Castillo-Carandang, ex-conselheira da Organização Mundial da Saúde e do governo filipino durante a pandemia. “Nós não temos nossa própria capacidade de produção de vacinas,” observou, e constatou que a propaganda dos EUA “colocou ainda mais sal na ferida.”

Esse programa militar começou sob o ex-presidente Donald Trump e continuou meses após o início da presidência de Joe Biden, conforme informou a Reuters – mesmo depois que executivos de mídias sociais alertaram de que o Pentágono estava traficando desinformação sobre a COVID.

Diante do aprofundamento da pandemia, a Casa Branca de Biden emitiu um decreto na primavera de 2021 proibindo a campanha antivacina, que também desprezava vacinas produzidas por outros países.

“Estou extremamente consternado, desapontado e desiludido ao saber que o governo dos EUA fez isso. Não acho que uma campanha dessas seja

se reunir com os principais diplomatas russos, o presidente Vladimir Putin se referiu à encenação, pelos países ocidentais, de “alguma base legal para finalmente se apropriarem” dos ativos russos e das reservas cambiais confiscados.

“Apesar de toda a trapaça, o roubo certamente continuará sendo roubo e, por outro lado, não ficará impune”, afirmou o presidente russo.

“A questão é ainda mais profunda. Ao roubar ativos russos, darão mais um passo no sentido de destruir o sistema que eles próprios criaram e que durante muitas décadas garantiu a sua prosperidade, permitiu-lhes consumir mais do que ganham, através de dívidas e obrigações para atrair dinheiro de todo o mundo”, enfatizou Putin.

“Agora torna-se óbvio para todos os países e empresas, fundos soberanos, que os seus ativos e reservas estão longe de estar seguros, tanto no sentido jurídico como econômico da palavra. E o próximo na fila para expropriação pelos Estados Unidos e pelo

Em Paris, a manifestação começou na Praça da República com cartazes contra neonazistas, “Palestina Livre” e líderes sindicais denunciando Macron pelos ataques aos direitos dos trabalhadores

Centenas de milhares de pessoas saíram às ruas da França contra a extrema-direita e o governo de Emmanuel Macron, no sábado (15/06), convocadas pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) – principais centrais sindicais do país –, pela recém-criada coalizão de partidos Nova Frente Popular, e por ativistas antirracistas e associações da sociedade civil.

A CGT informou que as manifestações tiveram a presença de 640 mil pessoas em todo o país – incluindo 250 mil em Paris e milhares em Toulouse, Marselha, Nantes, Bordeaux, Dijon, Lille e dezenas de outras cidades.

Na capital francesa, a marcha começou na Praça da República, uma das principais da cidade, com os manifestantes segurando cartazes com os dizeres “Minha França é antifascista”, “Palestina Livre, vida longa à Palestina”, “Vamos quebrar as fronteiras, documentos para todos, não à lei de imigração” e “Liberdade para todos, Equidade para todos e Fraternidade com todos” – uma referência ao lema nacional da França.

As manifestações ocorreram em plena crise política devido à derrota de Macron nas eleições europeias, rejeitado por conta da sua submissão à política dos EUA; da entrega de seis franceses de longo alcance ao regime neonazi da Ucrânia para ataques à Rússia, da inflação provocada pela falta de gás e combustíveis; combo que o levou à antecipação das eleições legislativas, previstas inicialmente para 2027, junto com as eleições presidenciais, e que agora ocorrerão em 30 de junho e 7 de julho deste ano.

Em princípio, Macron permanecerá na presidência até 2027, liderando a política externa e de defesa, mas o seu mandato ficaria enfraquecido se o partido assumisse o controle do governo e da política interna.

“Precisamos de um levante democrático e social, caso contrário a extrema direita tomará o poder”, afirmaram os sindicatos franceses num Comunicado, na sexta-feira (14). “Nossa República e nossa democracia estão em perigo”, alertaram.

A secretária-geral da CGT, Sophie Binet, presente na manifestação em Paris, assinalou que o “Reunião Nacional de Le Pen e Bardella é o partido da mentira e da impostura” para os trabalhadores. “Como podemos ver na reforma das pensões, eles já tomaram partido contra o povo. Prosperaram na

ausência de alternativa. Quando se fecha uma fábrica ou um serviço público, se dá um impulso ao Reunião Nacional (RN) de Le Pen. A esquerda passou mais tempo em brigar uns com os outros do que em unir-se contra a extrema-direita. E não estou esquecendo a banalização orquestrada por Emmanuel Macron contra os direitos trabalhistas”, acrescentou a líder sindical, sublinhando que “agora a união contra o atraso e as medidas contra o povo e os trabalhadores é a ordem do dia”.

Para Marylise Léon, secretária-geral da central CFDT, “este é um momento histórico” porque a França pode “inclinarse para a extrema-direita”. A sindicalista propõe ir ao encontro dos filiados “para convencê-los de que é necessário nos mobilizar para ganhar os abstencionistas. Não devemos estigmatizar os eleitores do RN, mas devemos lembrar-nos que a base do programa do RN é difamar, desvirtuar, é a estigmatização”, apontou.

“FASCISTAS, NÃO”

“As coisas são muito simples hoje, ou são os ‘fascistas’ ou somos nós. Se você está aqui nesta manifestação, é porque escolheu o seu lado. Mas agora, são todos os outros que precisam vir e encontrar o lado: aqueles que estão cansados de votar, quem não sabe, quem tem medo”, frisou Marine Tondelier, secretária nacional dos Ecologistas, EELV.

“É importante mostrar que estamos mobilizados e que o RN não é a maioria, e também opor-nos a Emmanuel Macron e às suas políticas que enfraqueceram muito a educação”, disse Cécilia Lormeau, professora de 34 anos, membro do Sindicato dos Professores de Bordeaux

A líder parlamentar do partido França Insubmissa, Mathilde Panot, afirmou que “o que está em causa é mais do que uma eleição, é a identidade política do povo francês” e defendeu que “a França não é uma cor de pele, uma religião ou uma língua, a França é um povo político fundado na nossa divisa: liberdade, igualdade e fraternidade!”

Além dos sindicatos e partidos progressistas, teve a presença de muitas associações e ONG como a Oxfam France, cuja secretária-geral, Cécile Duflot, defendeu que é preciso “fazer com que as pessoas saiam da negação: estamos no início de um momento que pode levar o país a um cenário catastrófico”. A dirigente associativa insistiu que “o discurso do RN é uma fraude” e que “há uma alternativa política que pode vencer”, impedindo que a extrema-direita passe a ser majoritária no próximo parlamento.



## Incidentes com pedaços de Boeings caindo em pleno voo derrubaram ações Boeing apresentou queda vertiginosa nas vendas após acidentes e denúncias de fraude em relatórios

A Boeing, enfrenta um período de fiasco nas vendas. Desde maio deste ano, a empresa norte-americana de aviação teve apenas quatro pedidos por novos aviões do modelo 787 Dreamliner e nenhuma solicitação para o 737 Max, antes um campeão de vendas. Isso é resultado de uma série de escândalos e acidentes da empresa.

Em maio de 2023, a Boeing teve 69 pedidos de fabricação de jatos. A Boeing apresentou uma queda em vendas de 36% se comparado com os mesmos primeiros cinco meses do ano passado (142 pedidos). Em abril deste ano, a empresa recebeu apenas 7 pedidos.

Em 5 de janeiro, um pino de porta do 737 da Boeing estourou em pleno voo da Alaska Airlines, gerando um série de investigações dos órgãos de regulação da aviação nos EUA sobre como a Boeing aborda a segurança e manufatura dos aviões. O governo americano botou limites na fabricação do 737 Max.

Também houve uma série de denúncias de funcionários de que a Boeing estaria tomando atalhos para que a fabricação de seus aviões seja mais rápida e mais barata e, para tanto, eles estariam falsificando relatórios de inspeção de jatos 787 Dreamliner.

As ações da Boeing tiveram queda de 3% no pregão da tarde em 11 de junho por causa das poucas vendas de abril e, só no ano, já experimentam uma queda de 30%.



Zelensky e Biden: da parte dos EUA, o acordo é apenas uma ordem executiva

## Zelensky assina acordo para manter ucranianos como bucha de canhão dos EUA por dez anos

Como parte da performance para encorpar a conferência-farsa na Suíça sobre a Ucrânia, o presidente Volodymyr Zelensky – cujo mandato terminou no final do mês passado – assinou com o chefe da Casa Branca, Joe Biden, um acordo dito de “segurança” pelo qual o regime neonazi de Kiev se dispõe a manter por dez anos os ucranianos como bucha de canhão para a expansão da Otan para leste.

A reiteração da submissão a Washington foi realizada às margens da conferência anual do G7 na Itália na quinta-feira (13). Zelensky já assinou acordos equivalentes com outros 16 países, entre eles, Reino Unido, França e Alemanha, em que é prometido a ele apoio “aos esforços da Ucrânia para vencer a guerra de hoje e dissuadir futuras agressões russas”.

Na verdade, da parte dos EUA, é uma ordem executiva, não um tratado, o que não impediu Zelensky em um discurso em vídeo de asseverar que eleva as relações entre os EUA e a Ucrânia ao nível de “uma verdadeira aliança”.

Conforme as agências de notícias, esses 17 acordos serviriam como demonstração de “compromisso de longo prazo” para anexação da Ucrânia pela Otan. Aliás, a decisão de anexar a Ucrânia – e a Geórgia

– foi decretada pelo então presidente W. Bush, na conferência da Otan de Bucareste, em 2008. E o golpe de 2014 da Praça Maidan foi o meio utilizado para viabilizar o desejo de W. Bush, depois de Obama, de Trump e agora de Biden.

Para o analista de relações internacionais e segurança Mark Sleboda, o acordo é “meramente simbólico”. “Isso diz ao regime de Kiev: vocês recebem o que já estão recebendo. Vamos fazer isso daqui a 10 anos”.

“Essas promessas não significam absolutamente nada, a menos que você especifique um valor monetário a que se referem. O dinheiro está por trás de tudo. E ele [pacto] não tem nenhum valor específico em dinheiro no que se refere às armas, ao comércio, ainda menos em relação à inteligência, e assim por diante”, explicou ele ao portal Sputnik.

“E, sem isso, este é um pedaço de papel insignificante. Então, isso está obviamente sendo feito para dar a Zelensky algum tipo de prêmio de consolação para levar para casa.”

“[Zelensky] não está entrando na OTAN. Os EUA não têm armas novas para lhe dar, eu acho. Eles não podem prometer a ele mais dinheiro do que já conseguiram pelo Congresso, pelo menos por enquanto”, concluiu Sleboda.



Faixa por uma “Nova Frente Popular” encabeçou manifestações em várias cidades francesas



